



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638652 - SP (2021/0001481-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RICARDO CÉSAR FRANCO - SP226742  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LEANDRO TENORIO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO TENORIO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2267782-11.2020.8.26.0000).

O paciente "está cumprindo uma pena privativa de liberdade de 4 anos, 9 meses e 23 dias pela prática de um crime de roubo. Há também uma outra condenação de 6 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pelo cometimento do mesmo delito patrimonial, que ainda não iniciou a execução" (fl. 91).

A impetrante sustenta que a progressão é direito subjetivo do reeducando e que sua liberdade "se encontra cassada por conta da pendência do exame criminológico, que, até o presente, não aportou nos autos de primeira instância", de modo que, atingido o lapso temporal, é cabível a implementação do benefício.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que se proceda à análise da progressão sem necessidade de exame criminológico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, em especial porque não se visualiza irregularidade quanto ao ato do juiz que entende imprescindível a realização do exame criminológico. Veja-se precedente:

EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO DE REGIME INDEFERIDA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REQUISITO SUBJETIVO AUSENTE. EXAME CRIMINOLÓGICO ANTERIOR DESFAVORÁVEL. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Nos termos da Súmula 439/STJ, consolidou-se o entendimento que, para a análise do pedido de progressão de regime, admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada.

2. Cumpre ao julgador verificar, em cada caso, acerca da necessidade, ou não, do exame criminológico, podendo dispensá-lo ou, ao contrário, determinar a sua realização, desde que mediante decisão concretamente fundamentada na conduta do apenado no decorrer da execução.

3. In casu, as instâncias ordinárias concluíram pela necessidade de novo exame criminológico para análise da progressão de regime, tendo em vista que o anterior foi desfavorável a concessão benefício.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 389.404/ES, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 9/10/2017.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente